

O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REGIÃO BICO DO PAPAGAIO NO TOCANTINS

Luzia Matos Lima¹, Elvira Aparecida Simões de Araujo²

¹Mestranda do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: luzmat@ifto.edu.br

²Doutora em Educação (UNICAMP), docente do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: elvirasaraujo@gmail.com

RESUMO: O artigo busca situar reflexões em torno do contexto agrário e sua influência nos direcionamentos e demandas educacionais na Região Bico do Papagaio extremo norte do Tocantins, por sua história, sua posição geográfica na Amazônia Legal e seus desafios quanto a promoção de desenvolvimento sustentável e o IFTO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins) como instituição promotora de educação nos diferentes níveis, e que possui a questão do desenvolvimento local e regional como um de seus motes a partir de necessidades endógenas do território de inserção. As reflexões do estudo foram pautadas em pesquisa bibliográfica e documental que permitiram listar contrastes econômicos e sociais divergentes com relevantes desafios educacionais a serem superados, e objetiva contribuir com estudos e pesquisas posteriores sobre as demandas e inserção de cursos na região.

Palavras-chave: assentamentos, sustentabilidade, bico do papagaio, desenvolvimento regional, tocantins

1. INTRODUÇÃO

O artigo busca situar reflexões em torno do contexto agrário e suas influências nos direcionamentos e demandas educacionais na questão do desenvolvimento regional sustentável para a Mesorregião Bico do Papagaio em território Tocantinense. Faz um breve resumo do contexto agrário norteador das bases econômicas, sociais e educacionais, pautadas em pesquisa bibliográfica e documental que permitiram listar contrastes econômicos e sociais divergentes com relevantes desafios educacionais a serem superados.

O desenvolvimento precisa ser: “ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente incluyente”, e para que ocorra, vertentes como a econômica e a social precisam estar em sinergia, acrescidas de políticas de desenvolvimento. Na vertente de nível econômico, entra a questão do “diversificar e complexificar as estruturas produtivas”. Na social, “a homogeneização da sociedade reduzindo as distâncias sociais abismais que separam as diferentes camadas da população”. Ponto em que a educação torna-se indispensável por seu valor instrumental em relação a empregabilidade, e principalmente pelo que lhe é intrínseco que é o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos, o aumento da adaptabilidade e o sentido de autonomia, autoconfiança e a autoestima. (SACHS, 2004, p. 119)

Os Institutos Federais, no âmbito de sua criação como política de governo para a educação profissional e tecnológica em si, possuem a questão do desenvolvimento local e regional como um de seus motes a partir de necessidades endógenas do território de inserção, o que coloca em seu cerne um modelo de educação não como mera instrumentalizadora, mas como potencializadora fornecendo ao indivíduo condições para desenvolver-se de forma interativa com sua realidade.

Segundo o Ministério da Integração Nacional por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (2012, p.27), “a educação é não apenas caminho para a competitividade do país como construtora de cidadania”. E os contrastes educacionais entre as regiões demonstrados pelos indicadores por sua vez refletem e limitam a capacidade de desenvolvimento de grande parte da população. Assim, a possibilidade destas instituições não atuarem com eficiência derruba todos os esforços e investimentos do próprio Governo Federal. Ponto que foca o objetivo deste trabalho buscando contribuir com estudos e pesquisas posteriores que venham a estudar e conhecer as demandas de inserção de cursos na região marcada pela presença de pequenas propriedades rurais, assentamentos, pescadores, agricultores familiares e grandes fazendas, explorados de forma precária, extensiva e baixo uso de técnicas produtivas.

2. MESORREGIÃO BICO DO PAPAGAIO

Geograficamente, o território brasileiro é dividido em macrorregião (Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste), mesorregião e microrregião. Está formada por um determinado número de municípios, definidos pela homogeneidade ou estrutura produtiva a partir de índices intimamente ligados entre si, que no conjunto, originam as mesorregiões, muitas vezes envolvendo territórios de um ou mais estados, como por exemplo a Mesorregião Bico do Papagaio que envolve parte de três estados: 25 municípios no sul do Pará, 16 no sudoeste do Maranhão e 25 no extremo norte do Tocantins, totalizando 66 municípios (figura 1).

[...] a ideia de região leva implicitamente, em conta a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda (pobreza versus riqueza), estrutura produtiva (base agrícola versus base industrial), estrutura urbana (meio urbano versus meio rural), modos de transportes e a dotação de recursos naturais. Esses elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros. (SOUZA, 2009, p. 21)



Figura 1- Mesorregião do Bico do Papagaio

Fonte: MI/SPR (2009)

No Estado do Maranhão e Tocantins, a microrregião se restringe a municípios de cada estado, o que não acontece no Pará, onde os municípios estão organizados em seis microrregiões, fato justificado pela dispersão do Estado. A denominação Bico do Papagaio, advém do contorno geográfico do extremo norte do Tocantins que na altura da cidade de Esperantina possui forma que lembra a cabeça e o bico de um papagaio (nº 11 figura 2).

No Tocantins dos 139 municípios, 25 fazem parte da Microrregião abrangendo Área total de: 15.852,60 Km². (figura 2)

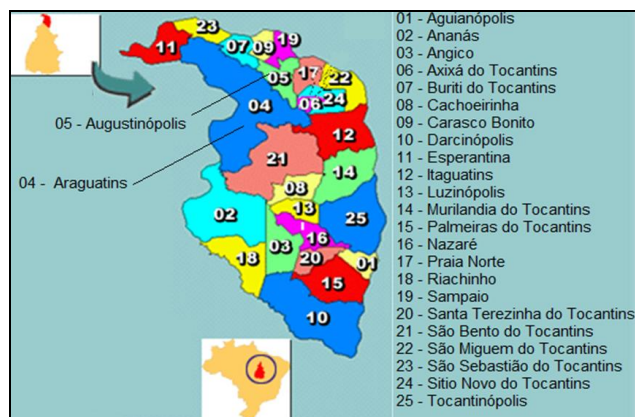


Figura 2 - Mapa Bico do Papagaio extremo norte Estado do Tocantins

Fonte: citybrazil (site) 2011

2.1 Contexto agrário e caracterização

Parte integrante da Amazônia Legal a região é banhada principalmente pelos dois grandes rios Araguaia e Tocantins com área total de 140.109,5 km², marcada por confluência do cerrado e mata amazônica, sendo possível destacar como atividades econômicas predominante a produção agropecuária, extração vegetal e mineral com sistemas produtivos com baixa utilização de tecnologias. A pecuária tanto a de corte, como de leite, encontram-se caracterizadas em extensiva com predominância do boi de pasto (MI/SPR, 2009).

A Mesorregião possui em sua história marcas de intensos conflitos e mortes advindos de confrontos entre fazendeiros e pequenos posseiros motivados por disputas pela posse de terras e controle dos recursos naturais no decorrer dos anos 70, 80 e 90. Período em que se caracterizou como principal foco de tensão agrária em território brasileiro (SPR, 2009). Fruto de diferentes processos de produção do espaço agrário do Brasil em si, marcado por grandes concentrações de terras nas mãos de poucos, e, a consequente exploração e expropriação dos camponeses (RAGGI; MARTINS, 2009). Contexto histórico esse que acabou por caracterizar não só a mesorregião, mas toda a Região Norte com números consideráveis de assentamentos de reforma agrária.

Feijó (2011, p. 289) cita que entre 2003 a 2008, “a Região Norte sozinha concentrou 47% do percentual do número de famílias assentadas, ficando 3% no Sul, 4% no Sudeste, 16% no Centro-Oeste e 30% no Nordeste”.

Dados do PAC/Programa de Aceleração do Crescimento (2007 – 2010 [site]) citam que no Território da Cidadania Bico do Papagaio no Tocantins, possuem 7.406 agricultores familiares, 5.644 famílias assentadas, 1.533 pescadores e uma terra indígena, com 61.012 habitantes na zona rural. A exemplo disso, o município de Araguatins, o maior da microrregião com 31.329 habitantes, 11.194 vivem na zona rural.

Dados do INCRA (2010) enumeram um total de 4.958 famílias assentadas em diferentes PAs (Projetos de Assentamentos) de reforma agrária no extremo norte do Tocantins ou Microrregião do Bico do Papagaio, existindo ainda outras modalidades de assentamentos. Pontos, a partir dos quais, torna visível e intrínseca vinculação da maioria dos municípios da microrregião com o setor rural.

Segundo o MI/SPR (2009) a mesorregião apresenta desafios, oportunidades e ameaças no seu processo de desenvolvimento. Nos desafios estão questões como: avanço desordenado do agronegócio, gerando degradação ambiental e exclusão social; atuação desintegrada entre as esferas de governo; conflitos entre o modelo agroexportador e agricultura familiar; processo de ocupação conflitante: comunidades extrativistas, indígenas, assentados e ambientalistas; concentração fundiária, com falta de regularização; dispersão social e cultural; baixo nível tecnológico na agricultura familiar, falta de laboratórios e equipamentos de análise de solos; baixa escolaridade e anos de estudo, capacitação profissional deficiente; crescimento urbano desordenado. Fatores que precisam ser superados por seu peso e importância na questão do desenvolvimento com sustentabilidade.

No rol de oportunidades fatores como acelerado processo de modernização agrícola, novas tecnologias, mercado consumidor em expansão, linhas de créditos e financiamentos diversos e políticas compensatórias devidamente direcionadas à região são apontadas. E, em relação as ameaças, as mais evidenciadas são: as barreiras comerciais, sanitárias, e ambientais nos financiamentos e na comercialização, atuação desintegrada das esferas de governo, políticas de licenciamento ambiental, investimentos externos desordenados e sem sustentabilidade ambiental.

2.2 Base econômica do Tocantins

Na dimensão estadual como um todo, segundo a SEPLAN (2009), 17 atividades possuem segmentos importantes, mas apenas cinco delas se destacam: administração, saúde, e educação públicas; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; agricultura, silvicultura e exploração florestal; pecuária e pesca. Ficando em destaque na participação do VA (valor adicionado) bruto de 2009, três setores: Agropecuária com 20,6%, Indústria com 22,8% e serviços com 56,6%, com um custo logístico em torno de 6% do PIB (Produto Interno Bruto), por sua grande dependência do modal rodoviário. Um problema de grande importância para o escoamento da produção, que coloca em evidência, a importância da Ferrovia Norte Sul, com 853,5 km em território tocantinense para o desenvolvimento do Estado.

No setor agropecuário dados do IBGE (2010) destacam a produção de soja, a cana-de-açúcar, arroz, milho, sorgo, melancia, abacaxi, banana e a bovinocultura (Tabelas 1 e 2). Sendo que, nas exportações o destaque fica com a soja, as carnes e derivados e abacaxi.

Tabela 1 - Culturas de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento ou Queda Produção %	Índice de incidência nos 139 municípios do Estado	Incidência nos 25 Municípios do Bico do Papagaio- TO
Soja	875.428	991.326	Tonelada	11,4%	54,7%	1
Arroz	376.749	447.320	Tonelada	15,8%	100%	25
Milho	250.451	282.475	Tonelada	11,3%	100%	25
Cana-de-açúcar	664.284	715.315	Tonelada	7,1%	47%	2
Melancia	88.135	87.224	Tonelada	- 1,04%	8,6%	1
Abacaxi	59.601	41.946	Mil frutos	- 42%	39%	06
Banana (cacho)	25.348	25.141	Tonelada	- 0,82%	84%	17

Fonte: Organizada pela autora com dados do IBGE 2009 – 2010

O Tocantins vem despontando a produção de biocombustíveis, a partir de culturas como babaçu, soja e pinhão-manso. Segundo o que afirmam Doppler e Finco (2011) em 2009 totalizou 38.580 milhões de litros vendidos em leilões nacionais, representado pelas empresas Brasil Ecodiesel com unidade de produção em Porto Nacional, nas proximidades da Ferrovia Norte-Sul, a 60km ao norte de Palmas com 34 milhões de litros; a Biotins Energia na cidade de Paraíso do Tocantins às margens da BR 153 (Belém-Brasília) a mais o menos 70 km a oeste de Palmas com 4,5 milhões de litros.

Tabela 2 - Produção de origem animal de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento Produção %	Índice de incidência no Estado
Bovinos	7.605.249	7.994.200	Cabeça	5,1%	100%
Leite de Vaca	233.028	269.495	Mil Litros	15,6%	100%
Suínos	254.181	266.040	Cabeça	4,7%	100%
Caprinos	23.467	25.167	Cabeça	7,2%	98%
Ovinos	89.265	108.062	Cabeça	21%	99%
Bubalinos	9.566	9.280	Cabeça	-3%	57%
Frangos, pintos frangas, galos	3.101.570	2.700.380	Cabeça	-12,9%	100%
Galinhas	1.198.900	1.455.614	Cabeça	21%	100%
Ovos	7.132	8.415	Mil dúzia	18%	100%
Mel	129.885	156.771	Kg	20,7%	49%

Fonte: Tabela organizada pela autora com dados do IBGE 2009 – 2010

De acordo com Doppler e Finco (2011) a geração de emprego com pinhão ficou na média de 250 empregos na agricultura familiar e 2 mil na agricultura comercial. Já mamona embora não seja produzida em grande escala, a geração de emprego ficou entorno de 300 postos de trabalhos. Cabendo a soja maior parte no setor gerando uma média de 4.750 empregos.

2.3 Os Institutos Federais

Ao criar os Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o governo entende haver criado um novo conceito de política pública para o setor. Instituições que se diferenciam por articular educação superior, básica e profissional pluricurricular e multicampi consolidando assim de forma ampla seu papel social visceralmente vinculado ao bem social, tendo como abrangência territorial de ação a dimensão mesorregional de localização na estrutura multicampi, podendo ir além dela, quando se concebe sua atuação em rede (MEC/SETEC, 2008).

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Na condição de instituição de educação profissional e tecnológica devidamente comprometida com o desenvolvimento local e regional, é imprescindível aos Institutos como que parte de seu “DNA” conhecer a vocação produtiva local, e investir no potencial técnico e acadêmico na formação e “inserção de mão de obra qualificada neste mesmo espaço”. Agora com novos saberes estrategicamente consubstanciados no perfil da região de abrangência em todas as suas vertentes, sejam elas: econômica, social e cultural (MEC, 2008).

Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter um preceito os interesses da sociedade, e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes. (MEC, 2008 p. 37)

2.4 Demandas educacionais no contexto agrário

Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil, realizada pelo INCRA (2010), aponta que no Tocantins apenas 1,48% das famílias possui curso superior, 18,50% são analfabetos, 63,93% só cursaram algumas séries do Ensino Fundamental, e 16,1% concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio. Contexto que, por meio do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), lista trabalhos e demandas de cursos técnico-profissionalizantes de nível médio em áreas como: Agropecuária, Agricultura Familiar, Zootecnia, Agroindústria, Agroecologia, Enfermagem, Saúde Comunitária, Gestão, Cooperativismo, Normal Médio e Rádio Comunitária.

No ensino superior lista cursos em áreas como: Ciências Agrárias, Engenharia Agrônoma, Direito, Ciências Sociais, Administração, Geografia, Pedagogia das Águas, Letras, Pedagogia, Jornalismo, História, Artes Licenciatura em Educação do Campo; e Pós-Graduação/especialização lato sensu: Educação do Campo e Agricultura Familiar.

Já a RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins) (2011, p.18), relaciona na Área Econômica Produtiva demandas de capacitações como:

Introdução de variedades resistentes e produtivas; preparo do solo; tratamento de semente/manivas; densidade de plantio; Seleção de manivas; Controle de ervas daninhas; irrigação e fertirrigação; colheita e pós colheita; o cultivo protegido; Produção integrada; Agroecologia; genético; Orientar a obtenção higiênica do leite; manejo de pastagens; produção de reserva alimentar na seca; construção das instalações; higiene das instalações /equipamentos; manejo das criações; alimentação e nutrição.

Demandas essas que direciona reflexão sobre a importância do IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins para o Bico do Papagaio como propulsor de capacitação para o desenvolvimento regional e local com sustentabilidade nas áreas que lhe são inerentes.

Para Machado (2010), a educação profissional possui especificidades que visam o desenvolvimento de competências as quais interessam aos indivíduos, às empresas, à sociedade e governos, com um ensino-aprendizagem contextualizado e significativo para as necessidades humanas e sociais.

Para Pessoti (1995), a importância das instituições que oferecem ensino ligado ao setor agropecuário, por exemplo, baseia-se na ideia de que o ensino agrícola, é alternativo para o aprimoramento das condições de melhorias do conhecimento cultural e desenvolvimento do homem

do campo, pois não possuem conhecimentos necessários para realizar com eficiência sua tarefa, e esse trabalhador rural necessita acompanhar e incorporar de forma adequada o processo produtivo.

Segundo a UNESCO (2005, p. 54), a vinculação da educação com a aptidão produtiva local, bem como as das comunidades rurais, devem estar intimamente interligadas para a formação de competências que venha ao encontro de suas necessidades, fornecendo meio e condições de se inserirem nas oportunidades econômicas e melhorarem os meios de sustento e qualidade de vida. E diz: “a não-escolarização, a evasão prematura dos alunos, o analfabetismo dos adultos e a desigualdade de gênero na educação são desproporcionalmente elevados nas áreas rurais, assim como a pobreza”.

Em relação a esses pontos são significativas as colocações de Vale, (1996, p.20) sobre as necessidades sociais:

A alimentação, a moradia, o emprego, a saúde e a educação escolar se alinham como os principais *bens sociais* que o povo reconhece como prioridades sociais; sem alimentação adequada para todos, sem emprego que permita uma subsistência digna, sem o bem estar físico e psíquico, sem instrução significativa que beneficie a todos fica difícil pensar numa sociedade equilibrada e menos desigual.

De acordo com Serra e Rolim (2009), na moderna concepção de desenvolvimento regional só terão condições de se desenvolver aquelas regiões que conseguirem projetos políticos que agreguem seus diferentes atores, assim como a vertente econômica e os conhecimentos existentes na mesma, aumentando assim sua competitividade. E referindo-se a Cooke e Morgan (1998) eles apontam que na constituição de um Sistema Regional de Inovação, que de fato venha a impulsionar o desenvolvimento, precisam estar interligados três outros subsistemas: financeiro, aprendizagem e a cultura.

No tocante ao financeiro, os autores consideram que sem ele a inovação ficaria reduzida, especialmente em regiões com predominância de pequenas e médias empresas. A respeito da aprendizagem sustentam que essa é de importância fundamental, pois para eles restringir o sistema de aprendizagem é o mesmo que restringir o acesso ao conhecimento acumulado, o que significa anulação da possibilidade de gerar algum tipo de inovação. E sobre a cultura, afirmam que precisa ser uma cultura produtiva, - aquela que determina o grau de envolvimento local com os arranjos produtivos da região, o ambiente e as atitudes de seus atores em relação ao sistema produtivo decorrente de uma cultura técnica somada àquela passada de pai para filho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No norte do Tocantins, analisando a temporalidade de inserção educacional, principalmente no ensino superior e as especificidades das cadeias produtivas ligadas ao setor primário, bem como o histórico nada conservacionista do brasileiro, faz-se urgente uma educação que viabilizem uma cultura de aprendizagem voltada não só para o meio ambiente, mas para a sustentabilidade em si, tanto pelo histórico como pela localização geográfica em que a região está inserida. O que se constitui um enredo a parte na longa e rica jornada em busca de um desenvolvimento que esteja dentro do contexto necessário para transformar de fato a cultura como apontam Serra e Rolim (2009) e nos parâmetros de um desenvolvimento regional sustentável, vislumbrado no pensamento de Sachs (SACHS, 2004, p. 119) na questão da sustentabilidade: “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”

REFERÊNCIAS

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. São Paulo. LTC Editora, 2010.

FINCO, Marcus Vinícius Alves; DOPLER, Werner. **Biodiesel e Desenvolvimento Regional na Amazonia Legal: Casos do Estado do Tocantins**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 6 n. 12

Jan/jun 2011. Acessado em 24/01/2012 às 19:50. Disponível em:
http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/Revista/edição_12/n12_biodiesel_e_desenvolvi.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE Cidades 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>, acessado de 10 a 18/12/11.

_____. **População da Cidade de Araguatins-TO, 2010** –. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em 11/07/2011

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária: conforme fase de implantação – Relatório 0227 de 18/08/2011**. P. 258 a 270. Acessado em 13/12/11 16:21. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399

_____. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronera** Publicação Especial nº 06 - Dezembro de 2010, p. 15. Acessado em 17/12/11 22:06 Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/portal/>

INCRA-Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - **Histórico da Reforma Agrária**.
Disponível em:http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289 Acesso: 04/12/2011 23:06

_____. **Relação de Projetos de Reforma Agrária: conforme fase de implantação** – Relatório 0227 de 18/08/2011. P. 258 a 270. Acesso em 13/12/11 16h21min. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399.

MACHADO, Lucília. **Ensino médio e técnico com currículos integrados: proposta de ação didática para uma relação não fantasiosa**. In MOL Jaqueline. et al **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: desafios, tensões e possibilidades**. p.80-95. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MEC/SENTEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Livreto Institucional - Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e Diretrizes, junho de 2008**. Disponível em:
http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50 acesso em 31/10/2012 às 00:00

_____. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 2, n. 2, (nov. 2009). Brasília, 2009.

MI/SPR - MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL/ SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS. **Plano de Ação da Mesorregião do Bico do Papagaio de 2009**. Disponível em:http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Planejamento_Regional/Plano_de_Acao_da_Mesorregiao_Bico_do_Papagaio.pdf acesso em julho de 2009.

MI/SDR-Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Desenvolvimento Regional: **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Texto de Referência (Resumo Executivo)** Brasília, julho de 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6700cd7d-7994-4f97-ac9b-a1latf83adbfb&groupId=10157 Acessado em 22/01/2013 às 19:10

MDA-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Sistema de Gestão Estratégica Documento de Referência, 2010**. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em: 19/12/11 00:26

PAC-Programa de Aceleração do Crescimento. **Balanço 2007-2010**, Comitê Gestor do PAC
Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/tocantins-1> Acessado em: 28/12/11 às 21:50

PESSOTTI, Alda Luzia, **Ensino Médio Rural: Contradições da formação em alternância**. UFES – Secretaria de Produção e Difusão Rural. 1995.

RAGGI, Roberta Vieira; MARTINS, Sergio Manuel Merêncio. **Contradições do Planejamento de Assentamentos Rurais: Um Estudo de Caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes** – Pequim - MG. Revista Geografias - artigos científicos. Jan-jun/2010 pg. 42-56. Belo Horizonte/MG.

ROLIM, Mauricio Aguiar e SERRA, Cássio Frederico Camargo. **Universidade e Desenvolvimento Regional: Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Juruá Editora, Curitiba-PR. 2009.

RURALTINS- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Plano Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural 2011**. Supervisão Regional em Araguatins. (material fornecido pelo escritório local)

SACHS, Ignacy. Prefácio. In VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Geramond Universitária, 2010. Rio de Janeiro. P. 9-10.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Geramond Universitaria, 2004. Rio de Janeiro.

SEPLAN/A Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins referente ao ano de 2009**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/index2.php?area=noticias &id=365> Acessado em 18/01/12 às 19:30.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para Desenvolvimento Sustentável no Plano Internacional de Implantação 2005-2014**. Edição 2005 publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil Título original: United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005 - Draft International Implementation Scheme, New York, October 2004. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf acesso em: 26/11/11 às 18:12.